

Economia - Brasil Governo ainda tem muito a fazer

SÍLVIA MUGNATTO E UGO BRAGA

BRASÍLIA – Os sustos da semana passada, protagonizados pelo problema da Argentina e pelos Estados Unidos com a possibilidade de aumento das taxas de juros internas, não abalaram a confiança dos economistas na concretização das metas econômicas acertadas entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para este ano. O economista Raul Velloso, porém, levantou uma questão que incomoda os analistas: ainda não há preparação suficiente para alcançar as metas de 2000 e 2001.

Para este ano, o superávit primário para o setor público poderá ser maior do que o acertado inicialmente em percentuais do Produto Interno Bruto (PIB). No acordo com o Fundo, as metas são 3,1% do PIB em 1999, 3,25% em 2000 e 3,35% em 2001. Com a projeção de uma queda de 3,5% do PIB este ano, o valor em reais expresso no acordo para 1999 é de R\$ 30 bilhões. Mas como a queda do PIB pode ser menor isso significa que o governo precisa de um resultado ainda melhor.

O economista da consultoria Tendências, Gustavo Loyola, alerta para despesas comprimidas, que voltarão com toda a força, como gastos com manutenção. Outros gargalos

são a seguridade social privada (INSS) e pública e a estrutura tributária. “Boa parte da arrecadação é baseada em tributos provisórios e receitas extraordinárias”, avalia o diretor de Análises Econômicas do banco BMC, Marcelo Allain.

Todos os economistas lembram que a CPMF é um tributo provisório e que o governo resolveu acabar com o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) no ano que vem. Se o FEF simplesmente acabar, os economistas do mercado financeiro acreditam que boa parte das receitas adicionais que irão para os estados não serão economizadas, mas convertidas em gastos.

Pressões – O economista-chefe do Banco JP Morgan, Marcelo Carvalho, lembra que em janeiro as empresas reduziram suas margens de lucro com a mudança cambial. “No próximo ano, quando a economia voltar a crescer, as margens de lucro serão recompostas e voltarão as pressões por mais salário.”

Com a seguridade social, o governo pode perder R\$ 4,1 bilhões este ano e mais de R\$ 6 bilhões a partir do ano que vem. Também há uma nova tentativa de fixar uma idade mínima para a aposentadoria pelo INSS. “O governo também vai ter que implementar a reforma administrativa, demitir pessoal”, acredita Allain.

Do lado das receitas, o economista sênior do Bank Boston, Ricardo Amorim, estima que o crescimento do PIB em 2000 deverá ser de 4,5%. Amorim estima em R\$ 7 bilhões o ganho de arrecadação do governo federal com o crescimento do PIB. Rafael Cardoso, diretor financeiro do banco Sudameris, acredita que os resultados dos próximos anos terão de contar ainda com a ajuda das privatizações como aconteceu no ano passado. Para os próximos anos, o governo quer que os estados deixem de gastar com saneamento básico, que ficariam a cargo da iniciativa privada.

As privatizações são de interesse dos estrangeiros e ajudam a incrementar as reservas cambiais do país. “Não acredito que uma desvalorização na Argentina afete muito o Brasil porque nós já fomos para a caçapa uma vez”, afirma Allain.

O maior desafio externo continua sendo vender mais produtos brasileiros lá fora. O governo, que combinou com o FMI um superávit da balança comercial (exportações menos importações) em torno de US\$ 10 bilhões, chegou a falar em US\$ 7 bilhões há um mês, mas se definiu por um número em torno de US\$ 3,4 bilhões para uma queda de 1% no PIB.